

A PETROBRÁS E AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Resumo: Este trabalho pretende apresentar as principais questões que marcaram a opção pelo monopólio estatal e o posterior desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo, destacando os principais desafios que marcaram os cinquenta anos de existência da Petrobrás.

DANIEL BREGMAN
Mestrando IE-UFRJ

Endereço: Av. Canal de Marapendi, 2.500, Bloco 5 Apto 407
CEP: 22631-051
Rio de Janeiro – RJ

E-mail: daniel_bregman@yahoo.com.br

A PETROBRÁS E AS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Daniel Bregman

1. Introdução

Este trabalho pretende analisar a evolução da exploração e produção de petróleo no Brasil, com uma ótica especial para a trajetória da Petrobrás, empresa criada na década de 1950 com o intuito de exercer o monopólio estatal. A economia brasileira sofreu intensas modificações ao longo do século XX, e o atendimento da crescente demanda por petróleo, oriunda do processo de industrialização, é um importante componente na viabilidade dessa transformação estrutural.

Naturalmente todo o contexto de escolha de uma estratégia para desenvolver as atividades de exploração e produção de petróleo que culminou com a criação da Petrobrás e questões relevantes que marcaram a evolução da empresa em mais de cinquenta anos, bem como as motivações e possíveis conseqüências da abertura do setor, representam uma complexidade que exige um esforço de pesquisa, e um conseqüente trabalho final de dimensões que transcendem os objetivos do presente trabalho que, inevitavelmente, é limitado¹.

As seções a seguir pretendem focar as principais questões que marcaram o ambiente em que foi escolhida a estratégia do monopólio estatal, com destaque para o papel do nacionalismo e o contexto político do segundo governo Vargas, e analisar a evolução da empresa, com destaque especial para as descobertas que deram o rumo da posterior exploração de petróleo, seu deslocamento dos campos terrestres para o mar e os principais problemas enfrentados pela empresa, tais como as dificuldades técnicas e financeiras da implementação, a dificuldade de desenvolver a tecnologia para a exploração no mar e as questões do financiamento, que se tornaram dramáticas com a “crise do Estado”. A importante mudança no patamar dos preços do petróleo, com as duas crises da década de 1970, também é digna de menção.

O trabalho possui três seções, além dessa introdução. A seguir, serão apresentados alguns fatos que marcaram a opção pelo monopólio estatal (a seção está subdividida: a primeira parte trata do período que antecede o segundo governo Vargas e a segunda apresenta um

olhar especial sobre ele). A terceira seção, a mais longa do trabalho, discorre sobre a evolução da empresa, e suas subseções obedecem a uma periodização que será posteriormente justificada. A quarta seção conclui o trabalho.

2. A opção pelo monopólio estatal

2.1. Antecedentes

Com o intuito de alcançar a melhor compreensão dos principais fatos relacionados à opção pelo monopólio estatal, devemos estar a par de alguns fatos importantes relacionados à exploração de petróleo no Brasil no período que antecede o clamor da campanha “O Petróleo é Nosso”².

A década de 1930 foi marcada por profundas mudanças políticas no Estado brasileiro: o governo federal trouxe para si a competência para decidir sobre uma série de questões importantes para a vida econômica nacional ao criar instituições de natureza diversa. Essas novas instituições ocuparam, em parte, o lugar do Poder Legislativo como centro de mediação de conflitos³. Nesse contexto, em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Petróleo (CNP).

Ao final da referida década as incursões do setor privado nas atividades petrolíferas estavam se tornando notáveis: em 1939 foi encontrado petróleo em Lobato, Bahia. As tentativas de se explorar o óleo, na época, ainda eram marcadas por iniciativas pessoais, com destaque para o escritor Monteiro Lobato, que encontrou grande resistência do CNP⁴.

Outra marca do período foi a emergência do nacionalismo. As tendências nacionalistas já eram evidentes, em especial entre os militares, desde o surgimento do movimento tenentista, ainda na década de 1920. A eminência de um conflito mundial fortalecia o ideal nacionalista de ter alguma espécie de controle sobre a produção de petróleo, com a argumentação centrada na solução preventiva para uma possível crise de abastecimento.

Já em meados da década de 1940, ao fim do conflito armado mundial e do Estado Novo, os ideais nacionalistas perdem força tanto entre os militares quanto dentro do governo: o Brasil estreitara os laços com seus aliados de guerra, sedes das principais empresas mundiais de petróleo, e o próprio resultado da guerra representou um triunfo do ideal liberal sobre o autoritário. Entretanto, a reorganização partidária fez com que a sociedade civil, mais forte e

organizada, emergisse como um ator político importante, e o nacionalismo era marca desse ator emergente⁵. Nesse contexto, a Assembléia Constituinte aprovou o Estatuto do Petróleo, que permitia a ao capital estrangeiro o direito de explorar mediante concessão. Havia, entretanto, a necessidade de sua regulamentação por leis ordinárias, num momento posterior que seria marcado pela campanha “O Petróleo é Nosso”.

Posteriormente os ideais nacionalistas voltaram a ganhar força entre os militares, conseqüência disso foi a vitória do grupo liderado por Horta Barbosa na eleição para o Clube Militar. Os militares dessa vertente se engajaram na campanha do petróleo, transformaram o Clube Militar numa trincheira de campanha, e logo forjaram o lema “O Petróleo é Nosso” (Farias, 2003 p.22).

A essa altura dos acontecimentos, a questão do petróleo não mais poderia ser ignorada, e passou a fazer parte do cotidiano da vida política do país: havia muita hostilidade entre os favoráveis e contrários ao monopólio estatal, com esses qualificando aqueles de “comunistas” e sendo rotulados como “entreguistas”. Os partidos políticos não ficaram alheios à polêmica: forças políticas tão distintas como a UDN e o PCB modificaram sua posição na direção do apoio ao monopólio estatal, em virtude da popularidade da campanha.

2.2. O segundo governo Vargas e a criação da Petrobrás

Ainda em campanha para as eleições de 1950, Vargas ressaltava a importância do petróleo para a soberania nacional. Eleito e empossado, o presidente estruturou a Assessoria Econômica, um grupo de técnicos leais ao presidente, liderado por Rômulo de Almeida⁶.

A formulação da política do petróleo esteve centrada na Presidência e na Assessoria Econômica. Havia um objetivo muito claro de criar uma empresa e pô-la em funcionamento ainda no governo Vargas (os frutos políticos seriam notáveis), e os trabalhos com o intuito de alcançá-lo foram conduzidos com prudência.

Uma estratégia foi traçada pela Assessoria: enviar ao Congresso dois projetos em momentos distintos. O primeiro buscava criar os recursos internos para a montagem e funcionamento da Petrobrás e o segundo propunha sua criação como uma companhia de exportação de petróleo. Neste projeto, a assessoria tentou dar à questão do petróleo uma conotação mais técnica que política: no texto do projeto não havia referência ao monopólio estatal, não se especificava o papel do capital estrangeiro e não se propunham mudanças na Constituição⁷ (não se atribuiu exclusividade jurídica para a empresa). Os trabalhos

da Assessoria Econômica não se resumiram à formulação dos projetos de lei: ela tratou de buscar técnicos estrangeiros para viabilizar o início da operação da empresa e traçou um plano para os primeiros cinco anos do seu funcionamento.

A despeito da orientação nacionalista de seus membros, a Assessoria Econômica propunha a criação de uma empresa de capital misto (permitindo inclusive a entrada de capital estrangeiro), pois não acreditava que os recursos financeiros internos necessários para a implementação de um projeto da envergadura da Petrobrás fossem suficientes (Fonseca, 1989, p.414).

O projeto foi enviado em 1951, propondo a criação de uma empresa mista de controle estatal. As reações foram surpreendentes: a organização da empresa proposta daria brechas não só à entrada, mas ao controle da Petrobrás pelo capital estrangeiro (Farias p.24-25). A despeito das acaloradas discussões, o Congresso não aprovou o projeto e nem propôs uma alternativa, nem mesmo os partidos entravam em consenso (Fonseca, 1989, p.416). A UDN enviou um projeto para a criação de uma empresa de monopólio estatal em todas as atividades ligadas ao petróleo, argumentando se tratar de um setor estratégico.

Finalmente, em 1952, com a perda de poder político do Clube Militar na discussão, Vargas modifica o projeto, tirando o capital estrangeiro da proposta e proibindo a existência de refinarias particulares, mas mantendo a proposta de uma empresa mista. O novo projeto causa um racha no movimento nacionalista, e é aprovado na Câmara. Já no Senado, as lideranças que apoiavam a entrada de capital estrangeiro para desenvolver o país o modificam. De volta à Câmara, as modificações são derrubadas e o projeto é definitivamente aprovado e transformado na lei 2.004 de 1953.

A empresa iniciou suas operações em janeiro de 1954, ainda no governo Vargas, como desejavam o presidente e seus assessores. Ela estruturou-se como empresa estatal, na qual o governo detinha 51% das ações. Sua base financeira vinha das propriedades transferidas pelo CNP e da receita da parcela do imposto único sobre combustíveis e dos impostos sobre a compra e o licenciamento de veículos (Leopoldi, 1994, p.180).

3. A evolução da Petrobrás

As seções seguintes tratarão da análise da evolução da Petrobrás, abrangendo todo o período que se inicia nos primeiros anos

de operação, sob o regime do monopólio estatal, e se prolonga até a abertura do setor ao final da década de 1990.

Com o intuito de melhor apresentar a história da empresa, uma divisão será feita com a utilização de marcos considerados importantes pela literatura especializada. A única mudança foi a fusão do período que começa no final da década de 1960, quando os esforços são direcionados para o mar, e termina na crise do petróleo, e o que aí começa e se alonga até meados da década de 1980. Por questões de dimensão do trabalho, esses períodos estarão juntos em uma única seção, que analisa o deslocamento dos investimentos da terra para o mar. Aproveitando a criatividade de Milani (2000), os títulos de cada período serão exatamente iguais aos do seu trabalho.

3.1. Fase terrestre (1954-67)

A Petrobrás entrou em operação com uma quantia modesta de capital inicial: a empresa recebeu do CNP o repasse de US\$ 165 milhões. A estatal mexicana Pemex, por exemplo, iniciou suas atividades com US\$ 500 milhões. (Alveal, 2003, p. 5, apud Marinho Jr., 1989). Essa, no entanto, não foi a única dificuldade enfrentada pela empresa: a carência de pessoal especializado era dramática – não havia cursos universitários de geologia no Brasil, e técnicos norte-americanos foram contratados para diversas funções, inclusive para a chefia do Departamento de Exploração, ocupada por Walter Link, antigo profissional da Standard Oil.

Link concentrou os esforços no Recôncavo e, principalmente, na Bacia do Amazonas, aonde houve grande entusiasmo após a produção de algum óleo na região de Nova Olinda, mas os resultados de fato não foram satisfatórios, e o programa desenvolvido para a Amazônia foi abandonado pelo seu sucessor, Pedro de Moura.

As descobertas em Jequiá e Tabuleiro Martins, na bacia costeira Sergipe-Alagoas em 1957, foram as primeiras a abrir horizontes de produção relevantes fora do Recôncavo Baiano. Em 1960 o dito Relatório Link teve péssima repercussão entre os nacionalistas, que acreditavam que havia abundância do óleo no Brasil e se enfureceram com as previsões pessimistas do americano, que pediu demissão no ano seguinte.

A saída de Link, no entanto, não modificou o rumo da destinação dos recursos para a exploração de petróleo: a intensificação dos recursos na bacia Sergipe-Alagoas, sugerida em seu relatório, foi levada a cabo. A grande descoberta de Carmópolis coroou esses investimentos (Dias e Quaglino, 1993, p. 119). Com

problemas de saúde, Pedro de Moura foi substituído em 1965. Em 1967 assume Carlos Walter Marinho Campos, que só deixaria o posto nove anos depois.

3.2. Fase marítima / Plataforma rasa (1967-1984)

A crescente demanda interna por petróleo, proveniente dos processos de industrialização e urbanização correntes no país, aliada com o relativo fracasso da exploração terrestre fez com que uma mudança de orientação se desse na empresa no fim da década de 1960: com a crença na inexistência de bacias terrestres com a pujança de Carmópolis, a alternativa para o aumento da oferta foi deslocar os investimentos para a plataforma submarina. Esta seção pretende tratar dos principais aspectos dessa transição que modificou definitivamente os rumos da exploração de petróleo no Brasil.

O deslocamento dos investimentos para o mar na gestão Marinho Campos traziam de volta os mesmos problemas do início da operação da Petrobrás, como observam Dias e Quaglino (1993, pág. 124):

“Havia, por um lado, a necessidade de capacitação simultânea em várias áreas de conhecimento e tecnologia, o que exigia recursos financeiros e, sobretudo, humanos. Por outro lado, havia a urgência de resultados, para justificar, dessa vez, o abandono das diretrizes anteriores. A solução, a rigor, foi a mesma, com idênticos êxitos e dificuldades, contratando os serviços e adquirindo tecnologia, mas desenvolvendo, paralelamente, uma estratégia ampla de formação de recursos humanos.”

Nesse contexto, foi realizado extenso levantamento gravimétrico marítimo entre Cabo Frio e Recife ao fim de 1967 (Lucchesi, 1998, pág. 23), e em 1968 a primeira descoberta em Guaricema (SE), que teve sua viabilidade econômica contestada, o que não impediu que fosse levada a cabo a produção pela Petrobrás. A verdade, no entanto, era que o levantamento básico da plataforma continental, concluído em 1972, não indicara estimativas otimistas. Esses resultados modestos, aliados às reservas em declínio, levaram a Petrobrás a duas importantes decisões: criação da Braspetro, com o intuito de buscar o petróleo no exterior e o direcionamento dos investimentos para as atividades de *downstream* (Lucchesi, 1998, p. 27).

Com o pessimismo em relação às reservas, em especial as terrestres, o esforço tecnológico para avançar a fronteira de exploração mostrava-se cada vez mais complexo, e a produção não acompanhava o crescente consumo - o que representava uma pressão

crecente sobre as divisas. Nesse contexto surgiu a primeira crise externa do petróleo.

Hermann (2005) apresenta com detalhes a influência do petróleo na pauta de importações brasileira e, conseqüentemente, a crise nas contas públicas que se desencadeou com o choque. Para o presente trabalho vale ressaltar, no entanto, que a crise afetou a Petrobrás tanto positivamente, pois a elevação do preço do petróleo trazia viabilidade econômica para muitos projetos, quanto negativamente, pois a imagem pública da empresa se deteriorara, exigindo soluções de curtíssimo prazo para a exploração e produção.

Ainda em 1973 novas descobertas foram registradas na Bahia, no Espírito Santo e em Alagoas. Mas a descoberta na Bacia de Campos, confirmada no ano seguinte era a mais notável – ela se tornaria a solução do fornecimento de petróleo no país⁸. Enquanto essa solução não chegava, a Petrobrás ainda deveria procurar novas alternativas para aumentar o investimento, e com esse intuito surgiram os controversos contratos de risco, em 1975⁹.

Apesar da cordial postura da Petrobrás na administração das licitações e do razoável interesse das empresas privadas, os resultados foram modestos, como observam Dias e Quaglino (1993, p. 132):

“Além dos conhecimentos adicionais sobre áreas ainda não exploradas pela empresa, contudo, apenas uma jazida de gás natural descoberta pela PECTEN e pequenos campos de petróleo em terra no Rio Grande do Norte descobertos por empresas brasileiras chegaram a apresentar resultado concreto e comercial nesses 12 anos de existência dos contratos de risco.”

As descobertas, no entanto, aumentavam exponencialmente: em 1979, ano da segunda crise do petróleo, o Brasil produzia 14% do petróleo que consumia, número que passou para 50% em 1985 (Dias e Quaglino, p. 131). O aumento da produção foi puxado pela Bacia de Campos, aonde o esforço tecnológico na exploração e produção começava a render frutos¹⁰.

Lucchesi (1998, p. 28) destaca Juruá, na bacia do Solimões, Fazenda Belém e Alto do Rodrigues, no Rio Grande do Norte, Riacho da Barra no Recôncavo e Pilar em Sergipe-Alagoas como as principais descobertas em terra no período. No mar o autor destaca Namorado, Enchova, Carapeba, Marimbá e Albacora na Bacia de Campos.

Todas essas descobertas permitiam que a produção brasileira aumentasse, e com isso se aproximasse das necessidades internas de

consumo. Entretanto, novos investimentos se tornavam necessários para tal. Esse foi o principal problema da fase seguinte, analisada a seguir.

3.3. Fase marítima / Águas profundas (1985-1997)

Ao longo dos capítulos anteriores, a importante questão do financiamento da empresa não foi abordada de uma maneira, digamos, satisfatória. Logicamente, esse trabalho não pretende ignorar um ponto tão relevante para a compreensão da história da Petrobrás, a discussão acerca do financiamento simplesmente foi deixada para o período o qual ela é mais relevante, a saber, o período da dita crise do Estado.

Alveal (2004, cap. 6) aborda a questão do financiamento de maneira muito apropriada, apresentando três módulos de financiamento: transferências, autofinanciamento e empréstimos externos. As transferências foram muito importantes nas décadas de 1950 e 1960, perdendo espaço desde então. Dias e Quaglino (1993, p. 129) destacam o aumento da fração dos empréstimos externos dentre os recursos da empresa a partir de 1974 – até então o BNDE tinha sido o grande financiador dos projetos da Petrobrás.

Com a crise do Estado os três módulos de financiamento foram prejudicados: a dificuldade crescente com as contas fiscais inviabilizara o financiamento através das transferências, a crise financeira internacional dificultara a obtenção de empréstimos externos, e quando as empresas estatais o conseguiam, muitas vezes não aplicavam os recursos em investimento, mas sim os destinavam para o Estado em crise, na configuração da política macroeconômica “canibalista” apontada por Carmen Alveal. O autofinanciamento fora prejudicado, pois a manipulação dos preços administrados fez parte da estratégia do governo no combate à inflação.

A empresa, no entanto foi capaz de manter minimamente sua capacidade de autofinanciamento. Alveal (2004) aponta quatro fatores que evitaram os possíveis efeitos devastadores do *underpricing* imposto às estatais para as receitas operacionais da Petrobrás, a saber: a larga utilização de subsídios cruzados no âmbito da estrutura de preços dos derivados, notadamente o da gasolina (cujo elevado *overpricing* é mantido), a participação superestimada do petróleo importado, mais caro, na estrutura de custos da empresa, a relativa autonomia da estatal, que conseguia defender sua taxa de lucro pela sua força política e a incerteza em relação aos mercados internacionais, e a conseqüente preocupação com a segurança de

abastecimento, que preservou o centro de atenções do governo e da opinião pública.

Feita essa pequena caracterização do problema do financiamento, passemos a analisar os principais fatos que marcaram a dinâmica da empresa nesse contexto. Os levantamentos em sísmica 3D tornaram-se rotineiros e importantes descobertas ocorreram na região do rio Urucu, na Bacia do Solimões e na Bacia de Santos (Lucchesi, 1998, p. 29). Na Bacia de Campos foi descoberto o campo gigante de Roncador, maior descoberta do período. Além disso, foi encontrada a primeira acumulação de gás na Bacia do Paraná, em Barra Bonita (Lucchesi, 1998, p. 29; Milani et al p. 388). A próxima seção tratará do processo de abertura do setor, inserido num contexto de mudança do papel do Estado na economia e de desafios para a exploração e produção de petróleo no Brasil. Como visto nessa seção, a Petrobrás criou mecanismos de defesa ao longo da crise do Estado, por conseguinte não se encontrava numa situação tão dramática quanto outras estatais brasileiras na década de 1990.

3.4. ANP / Águas ultraprofundas (1997 em diante)

Com o intuito de atrair novos investimentos para o setor, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 9 em novembro de 1995. O monopólio estatal, exercido através da Petrobrás, seria quebrado, mas a empresa poderia estabelecer parcerias empresariais com investidores privados. A Petrobrás iniciou, em maio de 1996, a demarcação das áreas exploratórias e dos campos de petróleo para requisição à Agência Nacional do Petróleo (ANP) – criada em agosto de 1997 pela dita Lei do Petróleo – e iniciou ainda contatos com outras empresas com o intuito de formar parcerias em algumas destas áreas e campos selecionados (Milani et al, 2000, p. 388).

A quebra do monopólio estatal concretizou-se, finalmente, em agosto de 1998, quando a Petrobrás passou à condição de concessionária da ANP. A empresa teve três anos para concluir projetos exploratórios em andamento. Às recentes descobertas que ainda não estavam em efetiva produção foi dado um prazo de três anos também. No mesmo ano, a empresa assinou seus quatro primeiros contratos de produção em parceria.

Ainda em 1998 foi realizada a dita “Rodada Zero” das licitações de blocos exploratórios. Nesta foi disponibilizada uma quantidade expressiva de blocos, quando se compara com as rodadas seguintes. A exigência de investimento que se deu tornou a busca de associações com outras empresas fundamental (Almeida et al, 2003).

Além da “Rodada Zero”, sete rodadas de licitações foram promovidas pela ANP. Os investimentos em exploração e produção têm sido expressivos, contrastando com a tendência dos investimentos da economia como um todo (Canelas e Alveal, 2004). As grandes empresas estrangeiras estão investindo em parceria com a Petrobrás, que carrega uma longa bagagem de conhecimento geológico construída no período abordado por esse trabalho. Algumas questões, tais como a inserção das empresas de menor capacidade de investimento (Almeida e Rodrigues, 2006) e as questões regulatórias, como o papel da ANP e do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), emergem no novo arranjo institucional do setor. Sua análise, por conseguinte, se dá num ambiente de maior complexidade.

4. Conclusão

Ao longo do trabalho foi mostrada a evolução das principais questões relativas à exploração e produção de petróleo do Brasil, questões que se confundem com as da Petrobrás, estatal criada com o intuito de desenvolver o setor, tendo atuado até 1997 no exercício do monopólio estatal e posteriormente tendo um importante papel na promoção de investimentos, tanto diretamente, disponibilizando seus recursos, quanto através das parcerias com as empresas privadas.

Atualmente o Brasil produz quase a totalidade do petróleo que consome, o que era inimaginável na década de 1950. A Petrobrás superou alguns desafios, descritos ao longo do artigo, tais como a escassez de recursos financeiros e humanos, a dificuldade de desenvolver tecnologias para a exploração no mar e a crise do Estado na década de 1980 que comprometeu o financiamento da empresa. A elevação do preço internacional do petróleo, a partir da década de 1970, foi fundamental para viabilizar economicamente alguns projetos, mostrando que mesmo no regime de monopólio estatal, a dinâmica do mercado externo é fundamental para os rumos do mercado interno.

Logicamente a boa compreensão da evolução da exploração e produção de petróleo no Brasil exige uma análise profunda das diversas questões que a influenciam, e muitas dessas questões não foram desenvolvidas por esse trabalho. Seu objetivo era o de apresentar de maneira sucinta as principais questões que afetaram tanto a criação quanto o desenvolvimento da empresa. O esforço de amparar o leitor interessado em aprofundar seus conhecimentos se deu pela escolha de referências bibliográficas.

5. Notas

1. O leitor interessado numa visão geral da história do setor e da empresa devem consultar: Carvalho (1977), Souza (1997), Campos (1997), além dos trabalhos mais citados no presente artigo.
2. É extensa a literatura que analisa a campanha: Cohn (1968), Dias e Quaglino (1993, cap. 4), Sodré (1977) são algumas das boas referências.
3. Uma análise mais detalhada dessas mudanças pode ser encontrada em Draibe (1985).
4. O leitor interessado pode consultar Azevedo (1977).
5. Os acalorados debates que cercam a caracterização dos ideais nacionalistas e sua manifestação na sociedade brasileira não fazem parte do escopo deste trabalho. O leitor interessado deve consultar Cohn (1968), Moura (1986) e Jaguaribe (1958).
6. Dentre os membros da Assessoria, destacam-se Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, João Neiva de Figueiredo, Tomás Pompeu Acioli Borges e Cleanto de Paiva Leite.
7. Leopoldi (1994, p.178-179).
8. A porção terrestre da Bacia de Campos fora abandonada em 1958. Dentre os primeiros campos descobertos, destacam-se: Garoupa (1974), Namorado (1975), Badejo (1975), Enchova (1976), Bonito (1977) e Pampo (1977).
9. O leitor interessado em aprofundar seus conhecimentos no acalorado debate que cerca os contratos de risco deve consultar Cupertino (1976).
10. Nesse contexto, destaca-se a primeira plataforma fixa, instalada em 1983 no campo de Namorado.

6. Referências

ALMEIDA, Edmar et al. Perspectivas para o setor de exploração e produção. Boletim Infopetro. Rio de Janeiro: ano 4, n.1, jan 2003.

ALMEIDA, Edmar. RODRIGUES, Felipe R. Desenvolvimento das companhias de petróleo independentes no Brasil: oportunidades e obstáculos. Boletim Infopetro. Rio de Janeiro: ano 7, n.1, jan-fev 2006.

ALVEAL, Carmen. Evolução da indústria brasileira de petróleo. Rio de Janeiro: Coppead-IE/UFRJ, 2003

_____. Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

- AZEVEDO, Carmen L. Monteiro Lobato - furacão na botocúndia. São Paulo: Senac, 1997.
- CAMPOS, Carlos Walter Marinho. Sumário da história da exploração de petróleo no Brasil. Boletim da ABGP. Rio de Janeiro: n.1, 1997.
- CANELAS, André, ALVEAL, Carmen. Investimentos em exploração e produção de petróleo no Brasil após a abertura: garantindo a meta de auto-suficiência. Boletim Infopetro ano 5, n. 4, maio 2004.
- CARVALHO, Getulio. Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- COHN, Gabriel. Petróleo e nacionalismo. Difusão Européia do Livro. São Paulo: 1968.
- CUPERTINO, Fausto. Contratos de risco e a Petrobrás (o petróleo é nosso e o risco deles?). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- DIAS, José Luciano M., QUAGLINO, Maria Ana. A questão do petróleo no Brasil, uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas-Petrobras, 1993.
- DRAIBE, Sonia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FARIAS, Patrícia. Nacionalismo e participação popular na campanha “O petróleo é Nosso”. In: PIQUET, Rosélia (org.). Petróleo, royalties e região. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- JAGUARIBE, Helio. O nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Ângela de Castro (org) Vargas e a crise dos anos 50. Relume-Dumará, 1994.

LUCCHESI, Celso Fernando. Petróleo. Estudos avançados. Mai/Ago 1998, vol.12, n.33, p.17-40.

MARINHO JÚNIOR, I. Petróleo: política e poder. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MILANI, E. J., et al. Petróleo na margem continental brasileira: geologia, exploração, resultados e perspectivas. Revista Brasileira de Geofísica., 2000, vol.18, n.3, p.352-396.

MOURA, Gerson. A campanha do petróleo. São Paulo: Brasiliense, 1986

SODRÉ, Nelson W. Os militares e a campanha de “O Petróleo é Nosso”. In: KUCINSKI, Bernardo. Petróleo: contratos de risco e dependência. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SOUZA, R.G. Petróleo, Histórias das Descobertas e o Potencial Brasileiro, Niterói: Muiraquitã, 1997.